

Acta N.º <b>26/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

## **REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL**

### **ACTA N.º 26/2010 DE 16 DE DEZEMBRO**

----- Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dez, nesta vila, sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a vigésima sexta reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, na qualidade de Presidente da Câmara, estando presentes os Srs. Vereadores Dr.ª Delfina Maria Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, e Dr. Avantino Loureiro Beleza e Dr.ª Ana Cristina Ribeiro Santos, Vereadores em regime de não permanência. -----

----- Não compareceu à reunião o Sr. Manuel Marques Custódio, Vereador em regime de não permanência. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica, Sr.ª Regina Almeida Ramos. -----

-----E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e dez minutos, e verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo e tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião. -----

#### **----- INFORMAÇÕES -----**

##### **----- a) Votos de Boas Festas. -----**

-----O Sr. Presidente desejou um Bom Natal e Próspero Ano Novo à Vereação e respectivas famílias, tendo os Srs. Vereadores agradecido e retribuído. -----

##### **----- b) Procedimento concursal para dois postos de trabalho para a categoria de encarregado operacional. -----**

-----A Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos pretendeu saber o ponto de situação do procedimento concursal. -----

-----O Sr. Presidente informou que, após a realização da prova escrita de conhecimentos, e na sequência de parecer do Gabinete Jurídico, entendeu emanar despacho determinando a suspensão do procedimento por um período não superior a noventa dias, visto um dos candidatos ter intentado uma acção administrativa reivindicando a transição para a categoria de encarregado operacional, visto em 1 de Janeiro de 2009 se encontrar a desempenhar funções de encarregado das então carreiras operárias. -----

##### **----- c) Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS). -----**

-----A Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos solicitou ao Sr. Presidente informação mais detalhada sobre o CLDS celebrado por esta Câmara Municipal com o Ministério do Trabalho e da Segurança Social. -----

----- O Sr. Presidente prestou informações sobre o referido CLDS, tendo referido que a entidade coordenadora será a Cáritas da Queiriga. -----

----- **d) Redução das transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias Locais – Apoios sociais – Problema do ambiente no Município.** -----

----- O Sr. Vereador Avantino Beleza referiu-se aos “cortes” previstos para o ano de 2011 nas transferências do Orçamento do Estado para as Autarquias Locais, tendo apelado ao Sr. Presidente para ser rigoroso na gestão. A situação irá ser penosa para as pessoas, sendo de ponderar as ajudas sociais que possam haver para minorar as dificuldades. -----

----- O Sr. Vereador referiu-se ainda ao problema do ambiente no Município, que deverá ser uma preocupação prioritária, começando nomeadamente pela água de consumo doméstico. -----

----- O Sr. Presidente informou que está atento à situação económico-financeira e que pretende, de facto, ter uma gestão ponderada e rigorosa, estando igualmente atento às questões que envolvem o ambiente. -----

-----**PERÍODO “ANTES DA ORDEM DO DIA”**-----

----- Antes de se iniciar a análise da ordem do dia o Sr. Presidente propôs a inserção na ordem de trabalhos dos assuntos a seguir indicados, o que foi aceite por unanimidade pela Vereação. -----

----- **a) João da Silva Salvador, do Touro** - Por requerimento registado em 04 de Novembro de 2010 solicita parecer para a constituição de propriedade dos prédios rústicos inscritos na matriz predial de Touro sob os artigos n.ºs 185, sito ao Lugar de Tapadas da Nave, 221, sito ao Lugar da Ponte e 1050, sito ao Lugar de Vale Escuro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade dar parecer favorável à constituição de propriedade dos prédios acima referido. -----

----- **b) Proposta de reconhecimento do interesse para o Município e para a economia local da recuperação da “Casa da Sinagoga” e dos Moinhos de Água**, sitos na Praia Fluvial, na freguesia de Vila Cova à Coelheira. -----

----- Foi presente à reunião uma proposta datada do Sr. Presidente da Câmara, datada de 14 de Dezembro de 2010, do seguinte teor integral: -----

*“Considerando que já há muito que nesta Câmara Municipal se pretende recuperar património construído, nomeadamente aquele que mais se identifica com a história local, recuperando e salvaguardando para as gerações futuras a memória de certas tradições culturais e religiosas, bem como actividades dos meios rurais características da economia local passada e das gentes do Alto Paiva;*

*Considerando que, nessa perspectiva, importaria proceder à recuperação, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, da designada “Casa da Sinagoga” reminiscência de*

Acta N.º 26/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

*um passado e uma era que marcou aquela Freguesia e o Município, e dos Moinhos de Água sitos na Praia Fluvial, característicos de uma actividade económica praticamente extinta no concelho;*

*Considerando que, de harmonia com a alínea b), do n.º 1, do art.º 20.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, é da competência dos órgãos municipais o planeamento, a gestão e a realização de investimentos públicos nomeadamente no domínio do património cultural;*

*Considerando a oportunidade deste Município, face aos custos envolvidos, poder proceder à recuperação daquele património cultural, mediante candidatura a co-financiamento do Programa PRODER – Subprograma 3, Medida 3.2.1 – Abordagem LEADER, através da Associação de Desenvolvimento do Dão Lafões e Alto Paiva (ADDLAP), de que este Município é sócio;*

*Face ao exposto, e para efeitos de instrução da referida candidatura, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, ao abrigo da alínea a), do n.º 6, do art.º 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para efeitos de submissão à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea q), do n.º 1, do art.º 53.º, da mesma Lei, delibere reconhecer ser do interesse do Município e também para a economia local, nomeadamente na vertente turística, proceder à recuperação, na Freguesia de Vila Cova à Coelheira, da designada “Casa da Sinagoga” e dos Moinhos de Água sitos na Praia Fluvial.” -----*

**----- DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade concordar com a proposta do Sr. Presidente da Câmara, devendo ser submetida a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**----- c) Gestão dos recursos humanos para o ano de 2010 – Proposta de autorização para recrutamento de trabalhadores. -----**

**-----** Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara, datada de 15 de Dezembro de 2010, do seguinte teor integral: -----

*a) O Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva para vigorar no ano de 2010, bem como o Orçamento Municipal para o ano de 2010 e as Grandes Opções do Plano (GOP) para o mandato autárquico 2010/2013, foram aprovados pela Assembleia Municipal na sessão extraordinária que teve lugar no dia 15 de Março de 2010, sob proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião ordinária realizada no dia 18 de Fevereiro de 2010.*

*b) Dispõe o n.º 2, do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (doravante LVCR), rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008, de 24 de Abril, e*

*alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, que face ao mapa de pessoal aprovado, sendo insuficiente o número de trabalhadores em funções, o órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto na alínea b) do n.º 1 e nos n.ºs 3 e 4 do art.º 7.º da LVCR, pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho em causa.*

*c) De harmonia com o disposto no art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, diploma que adaptou à administração autárquica a LVCR, o recrutamento nas condições previstas no n.º 2 do art.º 6.º da LVCR e referidas no número anterior, é precedido de aprovação da Câmara Municipal, sendo o sentido e a data da deliberação expressamente mencionados no procedimento do recrutamento.*

*d) A tramitação dos procedimentos concursais de recrutamento de trabalhadores é regulada pela Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 12/2009, de 10 de Fevereiro.*

*e) De acordo com o n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, o procedimento do recrutamento referido no número anterior observa as injunções decorrentes do disposto no art.º 6.º da LVCR, e do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009.*

*f) Por sua vez, nos termos do disposto nas alíneas a) do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, compete à Câmara Municipal decidir sobre o montante máximo dos encargos com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no Mapa de Pessoal aprovado.*

*g) Por deliberação tomada na reunião ordinária de 20 de Maio de 2010, nos termos e efeitos previstos no art.º 4.º, alínea a), n.º 2, do art.º 5.º e art.º 9.º, todos do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, a Câmara Municipal aprovou o recrutamento de pessoal nas condições previstas no n.º 2 do art.º 6.º da LVCR para ocupação de trinta e cinco postos de trabalho vagos e não ocupados em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado e respectivo montante máximo de encargos.*

*h) Se encontra ainda vago o único posto de trabalho para a categoria de Técnico Superior da área de arquivo, a ocupar por tempo indeterminado, previsto para a Divisão Social e Cultural (DSC), visto ter sido declarada, pelo respectivo Júri, conforme acta avulsa de 9 de Dezembro de 2010, e nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 38.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 23 de Janeiro, por inexistência de candidatos aprovados, a cessação do procedimento concursal aberto por Despacho n.º 3/RH/2009, de 7 de Julho de 2009, do então Presidente da Câmara, cujo aviso de abertura foi publicado por Aviso n.º 14.619/2009 na 2.ª Série do Diário da República n.º 158, de 17 de Agosto de 2009.*

*i) O n.º 1 do art.º 9.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, entrada em vigor em 1 de Julho de 2010 (que aprova um conjunto de medidas adicionais de consolidação*

Acta N.º 26/2010	
Livro N.º	Folha N.º
35	

*orçamental), aplicável aos serviços da administração autárquica por força do n.º 1 do seu art.º 10.º, estabelece como regra geral de controlo do recrutamento que não se pode proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência (carreiras não revistas), destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída. Ora, por interpretação “a contrario ” da referida norma poderá concluir-se que, é admissível aos municípios, no ano em curso, e mediante aprovação da Câmara Municipal nos termos dos artigos 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, como resulta do n.º 1 do art.º 10.º da referida Lei n.º 12-A/2010, poderem proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, para preenchimento de postos de trabalho vagos e não ocupados nos mapas de pessoal aprovados, desde que o âmbito de recrutamento se restrinja a candidatos possuidores de uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.*

*k) Por sua vez, decorre do n.º 2 do art.º 10.º da referida Lei n.º 12-A/2010 que, em situações excepcionais, devidamente fundamentadas, os municípios poderão proceder à abertura de procedimentos concursais destinados também a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída, desde que autorizado pela Câmara Municipal, sob proposta do Presidente da Câmara (conforme n.º 3 do art.º 10.º), desde que tal decisão se fundamente na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector de actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município e, bem assim, sejam observadas, no procedimento concursal, as prioridades legais do recrutamento decorrentes do n.º 4 do art.º 6.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR, já que a verificação da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, será suscitada, como já se vem verificando, no âmbito dos próprios procedimentos concursais.*

*Nesta conformidade, face ao Mapa de Pessoal aprovado, e tendo em consideração o acima exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva que delibere o seguinte:*

1.º) Ao abrigo da aplicação conjugada do disposto nos art.ºs 4.º e 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com os n.ºs 2 e 3 do art.º 10.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, autorize excepcionalmente o recrutamento de um trabalhador necessário para preenchimento de um posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal aprovado na Divisão Social e Cultural (DSC), da área de actividade de arquivo, a tempo inteiro, mediante procedimento concursal para constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, para integração na carreira geral de técnico superior, na categoria de técnico superior, podendo ser candidatos ao procedimento concursal os trabalhadores com uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida, bem como, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à actividade municipal, e ao abrigo do n.º 6 do art.º 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, os trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público, sendo que se considera haver relevante interesse público no recrutamento visto não haver quaisquer trabalhadores na Câmara Municipal com a formação requerida na área de actividade de arquivo, necessária para organização, acompanhamento e funcionamento do arquivo intermédio municipal e futuro arquivo municipal, e estar apenas previsto um posto de trabalho para o efeito no mapa de pessoal, devendo ser observadas, no procedimento concursal, as prioridades legais do recrutamento decorrentes do n.º 4 do art.º 6.º e alínea d), do n.º 1, do art.º 54.º, ambos da LVCR, já que a verificação da impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do art.º 6.º da LVCR, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial, será suscitada no âmbito do próprio procedimento concursal.

2.º) Os montantes máximos de encargos previstos para o ano de 2010 nos termos e efeitos a que se referem as alíneas a) e c), do n.º 2, do art.º 5.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, previstos na deliberação da Câmara Municipal de 20 de Maio de 2010, não sofrem qualquer alteração.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta do Sr. Presidente.

----- **d) Apreciação e votação do Mapa de Pessoal do Município para o ano de 2011. –**

----- O Sr. Presidente informou que se constatou ser necessário proceder a algumas rectificações ao Mapa de Pessoal aprovado na reunião ordinária do passado dia 2 de Dezembro, e prestou os esclarecimentos necessários sobre o assunto, realçando não colidirem tais rectificações com os postos de trabalho previstos por tempo indeterminado, nem com o orçamento municipal para 2011 aprovado na mesma reunião. -----

----- Assim, propõe a aprovação da versão definitiva do Mapa de Pessoal para 2011, entregue à Vereação, para submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de

Acta N.º <b>26/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

harmonia com a alínea a), do n.º 2, do art.º 3.º, do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 03 de Setembro. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por maioria absoluta com voto contra da Sr.ª Vereadora Ana Cristina Santos, aprovar a versão definitiva do Mapa de Pessoal para 2011. -

----- **e) Avantino Loureiro Beleza, Vereador em regime de não permanência** - Por e-mail de 16.12.2010, solicita justificação de falta à reunião ordinária do dia 2 de Dezembro de 2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a falta em epígrafe. -----

#### ----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se à análise da Ordem do Dia, oportunamente remetida à vereação nos termos legais: -----

----- **1 – Apreciação e votação dos textos definitivos das actas das reuniões do dia 29 de Novembro (extraordinária) e do dia 02 de Dezembro (ordinária).** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da acta da reunião do dia 29, e por maioria absoluta com abstenção do Vereador Avantino Beleza, aprovar o texto definitivo da acta da reunião do dia 02 de Dezembro. -----

----- **2 – Manuel Marques Custódio, Vereador em regime de não Permanência** – Por requerimento registado em 02 de Dezembro de 2010, comunica que irá falta à presente reunião ordinária de 16 de Dezembro e solicita a justificação da falta. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade e escrutínio secreto justificar a falta do Vereador Manuel Custódio à presente reunião. -----

#### ----- **OBRAS PÚBLICAS** -----

##### ----- **Por Empreitada** -----

----- **a) Empreitada de “Construção da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Paiva** – Adjudicatário: Vilda - Construção Civil, S.A – Apreciação e votação do auto de medição N.º 13, no valor excluído o IVA, de € 55.728,25 – Informação N.º A-133/DOM/2010, de 16.11.2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o auto e autorizar o respectivo pagamento. -----

----- **b) Execução da Obra de Construção do Parque Urbano e Praia Fluvial de Vila Nova de Paiva – Concurso Público Urgente** – Notificação de adjudicação – Documentos de Habilitação – Autorização de contratação da empreitada – Aprovação da minuta do contrato. -----

----- Presente à reunião a Informação N.º 09/CM/10, de 06 de Dezembro, da Divisão de Obras Municipais, que aqui se dá por reproduzida e fica a fazer parte integrante da presente

acta, dando conta da entrega dos documentos de habilitação na sequência da deliberação de adjudicação na reunião extraordinária de 29 de Novembro de 2010, tendo em anexo minuta do contrato da empreitada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade tomar conhecimento da informação e autorizar a contratação à Firma adjudicatária FLOPONOR, S.A. e aprovar a minuta do contrato da empreitada. -----

### ----- **OBRAS PARTICULARES** -----

#### ----- **Licenciamento de Obras Particulares** -----

----- **a) Licenciamento de Obras Particulares no âmbito de competência delegada e subdelegada** no período compreendido entre o dia 01 e 30 de Novembro de 2010.

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Euclides de Freitas Marques** – Construção de uma habitação no Lugar de Forca, na Freguesia de Pendilhe – Processo de obras n.º 85/2005 – Declaração de caducidade do alvará de autorização de obras de construção n.º 28/2007 – Informação N.º FM 173/DUA/2010, de 11.11.2010.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do alvará de construção, devendo o interessado ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

----- **c) – José Augusto Fernandes Rato**, de Fráguas – Alteração à construção de uma habitação unifamiliar, no Lugar de Capela, em Fráguas – Declaração de caducidade do Processo N.º 30/2009 – Informação N.º FM 177/2010, de 22.11.2010.-----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade declarar a caducidade do alvará de construção, devendo o interessado ser notificado nos termos e para os efeitos legais. -----

#### ----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Queiriga** - Por requerimento registado em 17.11.2010 apresenta projecto de arquitectura para execução de obras de conservação interiores na Antiga Igreja Matriz, solicitando a sua aprovação e autorização de execução das obras - Parecer Técnico N.º PL-92/DUA/10, de 06 de Dezembro - Processo N.º 108/2010. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade tomar conhecimento do parecer, aprovar o projecto de arquitectura e autorizar a execução das respectivas obras dado estarem isentas de licenciamento nos termos do Decreto-Lei N.º 555/99, de 16 de Dezembro, na versão actual. -----

----- **b) Atribuição de habitação social do Município de Vila Nova de Paiva (Renda Apoiada)** – Bairro Outeiro do Facho – Informação N.º 35/SASS-10, de 11.11.2010.-----



Acta N.º <b>26/2010</b>	
Livro N.º	Folha N.º
<b>35</b>	

## ENCERRAMENTO

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram doze horas e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente minuta da acta que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelos membros do Executivo, e por mim que a secretariei. -----